

COMPLIANCE

19 e 20 de janeiro de 2015

Programa

AML

Noções de Branqueamento de Capitais
Enquadramento Normativo (Nacional e Internacional)

Deveres Legais

Identificação

Diligência

Estruturas Societárias Especialmente Complexas
Pessoas Politicamente Expostas
Transações de Reduzida Visibilidade Económica

Exame

Outros Deveres

Avaliação da Exposição da Instituição

Análise de Operações

Dados Pessoais

Princípios Legais para o Tratamento de Dados Pessoais

Direito à Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

Princípios da Lei da Proteção de Dados

Direitos dos Titulares dos Dados

Notificações e Pedidos de Autorização

à

CNPD

(Comissão Nacional de Proteção de Dados)

Avaliação de Tratamentos de Dados Pessoais

Dados Pessoais e Conformidade

Medidas Técnicas, Organizativas e de Segurança

Retenção de Documentos e Proteção de Dados Pessoais

Sanções

Definição de Sanções Económicas e Financeiras

Âmbito de Aplicação

Procedimentos de Verificação e Controlo

Concorrência

Acordos, Práticas Concertadas

e

Decisões de Associações de Empresas

Abusos de Posição Dominante

1/5

Controlo de Concentrações
Principais Temas de Concorrência no Setor dos Seguros
Regulamento de Isenção por Categoria do Setor dos Seguros
Isenções
Funcionamento das Isenções

Alterações Legislativas
Solvência II e Compliance
Proposta de Regulamento sobre Proteção de Dados Pessoais
Diretiva AML
Outras Alterações com Relevância

Sobre o Curso:

Objetivo: Proporcionar a aquisição e/ou desenvolvimento de conhecimentos relativos a:

- ♦ Branqueamento de Capitais focando as particularidades e condicionantes inerentes ao tema bem como os desafios que aquele coloca às entidades envolvidas na sua prevenção, deteção e combate;
- ♦ Proteção de Dados focando os princípios chave em matéria de privacidade e proteção de dados e principais deveres relativamente ao tema decorrentes das normas nacionais e internacionais;
- ♦ Sanções Financeiras e Comerciais focando as particularidades e condicionantes inerentes ao tema bem como os desafios que aquele coloca às entidades financeiras no estabelecimento de procedimentos internos com vista à prevenção do respetivo envolvimento em transações com indivíduos ou bens objeto de sanções;
- ♦ Direito da Concorrência (acordos, práticas concertadas e decisões de associações de empresas, abusos de posição dominante, controlo de concentrações), discutindo os principais temas de concorrência no setor dos seguros, dando especial atenção ao Regulamento de Isenção por Categoria do setor dos seguros.

Pretende-se que no final da ação de formação, os formandos na mesma presentes possuam competências (conhecimentos, capacidades e comportamentos) que lhes permitam:

- Relativamente ao Branqueamento de Capitais:
 - ♦ Definir branqueamento de capitais e enumerar os processos inerentes ao branqueamento de capitais;
 - ♦ Enumerar os principais deveres e vulnerabilidades das empresas no setor financeiro em matéria de prevenção de branqueamento de capitais, incluindo a abordagem baseada no risco;

- ♦ Identificar os principais fatores de risco a que se encontra exposto o setor financeiro e, em particular, o setor segurador;
 - ♦ Reconhecer, em termos práticos, condutas suscetíveis de serem consideradas como enquadradas em sede de branqueamento de capitais, identificando vulnerabilidades e fatores de suspeita e utilizando as técnicas de exame de operações suspeitas adequadas a cada situação;
 - ♦ Compreender e relacionar os deveres de atuação exigidos às instituições financeiras em matéria de branqueamento de capitais; nomeadamente, conhecimento dos normativos legais e internacionais fundamentais em matéria de prevenção de branqueamento de capitais.
- Relativamente a Proteção de Dados Pessoais:
- ♦ Identificar os princípios chave da proteção de dados e as principais vulnerabilidades a que se encontram expostas as entidades que processam dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em particular;
 - ♦ Enumerar os principais deveres a que estas entidades se encontram vinculados;
 - ♦ Reconhecer, em termos práticos, as áreas de cada atividade que representam maior risco;
 - ♦ Conhecer os mecanismos e procedimentos aptos a auxiliar na identificação de riscos e vulnerabilidades e respetiva mitigação.
- Relativamente a Sanções Financeiras e Comerciais:
- ♦ Enumerar os principais deveres e debilidades das empresas no setor financeiro em matéria de sanções comerciais e financeiras;
 - ♦ Reconhecer, em termos práticos, as áreas de cada atividade mais vulneráveis a esta problemática;
 - ♦ Compreender mecanismos e procedimentos aptos a identificar indivíduos sancionados e auxiliar no controlo e prevenção do envolvimento com entidades e bens objeto de sanções.
- Relativamente a Concorrência:
- ♦ Identificar as principais práticas proibidas pelo regime jurídico da concorrência (nacional e da U.E.);
 - ♦ Identificar as finalidades e as principais regras sobre controlo de concentrações (nacional e da U.E.);
 - ♦ Conhecer as finalidades e regras de funcionamento do Regulamento de Isenção por Categoria do setor dos seguros.

No decurso e/ou no final da ação de formação, far-se-á o diagnóstico dos conhecimentos adquiridos e da sua aplicabilidade prática no âmbito da concreta atividade laboral dos formandos presentes.

Destinatários: Todos aqueles que tenham responsabilidade direta ou indireta em matérias de prevenção do branqueamento de capitais, proteção de dados pessoais, sanções financeiras e comerciais e concorrência, designadamente colaboradores de áreas comerciais, de subscrição e sinistros, controlo interno, compliance ou auditoria e, em geral, todos aqueles que possam ter necessidade de, pelas funções que exercem, ter conhecimentos relativos ao tema do curso.

Horário: O curso terá a duração de 14 horas e realizar-se-á nas datas indicadas, entre as 9h30m e as 17h30m.

Monitoragem: A condução da ação de formação estará a cargo de:

Nuno Moraes Bastos, Licenciado em Direito e Advogado.

Nuno Moraes Bastos foi responsável pelo Departamento Jurídico & Compliance de um Grupo Financeiro composto por banco e sociedade gestora de fundos de investimento (mobiliário e imobiliário), sendo, atualmente, responsável pelo Departamento Jurídico & Compliance da Zurich Insurance, plc.

Orador em diversas iniciativas de formação sobre as áreas de sua responsabilidade e experiência profissional, Nuno Moraes Bastos publicou diversos artigos sobre matéria jurídica.

Mariana Piller, Licenciada em Direito e Advogada.

Tendo passado pelo setor bancário entre 2005 e 2008, Mariana Piller integra, desde 2008, o departamento Jurídico da Zurich Insurance, plc. onde atualmente se dedica principalmente à vertente de Compliance, com especial incidência nas áreas de Crime Financeiro e Proteção de Dados.

Paulo Costa Martins, Licenciado em Direito e Advogado Associado Sénior da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira.

Paulo Costa Martins possui vasta experiência em matérias regulatórias de direito financeiro e presta regularmente assessoria jurídica a entidades financeiras, não só na análise e implementação de estruturas de investimento, mas também no âmbito de atividades bancárias e de intermediação financeira.

Advogado recomendado por diferentes diretórios jurídicos, já foi orador em diversas conferências e publicou artigos de direito financeiro em revistas especializadas.

Ricardo Bordalo Junqueiro, Licenciado em Direito e Advogado da Cuatrecasas Gonçalves Pereira com vasta experiência no aconselhamento de clientes em todas as áreas do direito da concorrência, nomeadamente práticas restritivas, controlo de concentrações e auxílios de Estado.

Ricardo Bordalo Junqueiro tem vasta experiência na representação de clientes em processos junto de instituições nacionais e europeias relacionados com abusos de posição dominante, acordos restritivos da concorrência (e.g. acordos de preços, práticas concertadas, partilha de informação, acordos verticais), controlo de concentrações e auxílios de Estado.

Orador em diversas iniciativas de formação sobre as áreas da sua responsabilidade e experiência profissional, Ricardo Bordalo Junqueiro publicou diversos artigos sobre matérias de direito da concorrência, incluindo a obra Abusos de Posição Dominante, Almedina, 2012.

Metodologia: A ação de formação realizar-se-á com base numa metodologia eminentemente ativa e prática, em que se visará adaptar os conhecimentos teóricos que serão transmitidos, à realidade com a qual os formandos se deparam ou poderão deparar no dia a dia, por força das funções que desenvolvem.

Documentação: Será distribuída documentação referente ao curso e às diversas matérias abordadas, a qual facilitará o aproveitamento da ação de formação, servindo como elemento de consulta futura.

Preço: Os preços de inscrição serão, consoante o número de inscrições formalizadas pela mesma entidade, os seguintes:

	1ª inscrição	2ª inscrição	3ª inscrição e seguintes
Valor a Pagar	540,00 €	405,00 €	270,00 €

A todos os valores apresentados acresce IVA à taxa em vigor.

Condições: O curso realizar-se-á desde que exista um número mínimo de 6 inscrições.

Eventuais anulações de inscrições efetuadas devem ser comunicadas ao Instituto de Formação Actuarial, até 48 horas (2 dias úteis) antes da data de realização do curso, reservando-se esta instituição o direito de proceder à cobrança integral do valor daquelas, caso o referido prazo não seja observado.

O Instituto de Formação Actuarial realiza **formação intraempresa**, tendo portanto a possibilidade de desenvolver, também nessa modalidade e mediante prévia apresentação de Proposta de Formação, qualquer ação de formação subordinada a tema que se enquadre no seu âmbito de atuação.

Localização: O curso realizar-se-á no Instituto de Formação Actuarial que funciona nas instalações da Actuarial-Consultadoria, Lda, na Rua Viriato 25, 5º em Lisboa (próximo da estação de Metro das Picoas na sua saída para a Rua Tomás Ribeiro).